



Quercus defende retirada de populações junto à costa

Medida defendida pela associação ambientalista não se refere aos casos da Barra (Ílhavo) nem do Labrego (Vagos)

João Peixinho, com Lusa

■ A associação ambientalista Quercus diz que em alguns casos é preferível retirar as populações ameaçadas devido ao elevado custo das obras de requalificação da faixa costeira portuguesa, onde mais de dois terços correm risco de erosão, segundo o vice-presidente daquela organização, Francisco Ferreira. Não será os casos da Barra (Ílhavo) e no Labrego, na Vagueira, esta sem população residente nas proximidades, mas onde estão em curso trabalhos de protecção costeira para evitar uma “tragédia ambiental”, como alertou o presidente no Instituto da Água (INAG), quando o mar avançou e entrou nos campos.

Mira (Coimbra), Costa de Caparica, ria Formosa, Moledo (Caminha) ou Castelo de Neiva são exemplos avançados pela Quercus. O que a Quercus defende não diz respeito à Barra, que também foi atingida pelo avanço do mar. A retirada de pessoas é uma questão que não se coloca. Neste caso, a Câmara de Ílhavo referiu em comunicado que o presidente do



AS DEFESAS de areia não resistiram na Vagueira

INAG, Orlando Borges, “assumiu o compromisso de fazer uma intervenção de emergência, colocando areia imediatamente a quente do Off-Shore” (apoio de praia na Barra). O mesmo comunicado adianta que o presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) Ribau Esteves e da Administração da Região Hidrográfica (ARH) do Centro, Teresa Fidélis, pretendem marcar uma reunião com carácter urgente com o INAG, Administração do Porto de Aveiro e secretário de Estado do Ambiente,

“para abordagem conjunta sobre a erosão da costa da região de Aveiro”.

Segundo o líder da organização ambientalista, “é realmente muito complicado fazermos contas aos milhões de euros necessários para intervir em muitas das zonas ameaçadas de erosão costeira”. O especialista critica o recurso sistemático a intervenções de emergência em zonas de risco, considerando que “em muitos casos está a deitar-se dinheiro ao mar”. Na Vagueira, as defesas instaladas, através da construção de dunas

artificiais, reconstruindo as que o mar derrubou, não têm resistido. Mas a ministra do Ambiente, Assunção Cristas, disse, na ocasião, que o Governo iria disponibilizar “o possível com os meios possíveis”, embora ressaltando que os “recursos são escassos”.

O investimento que está a ser feito na Vagueira, com a construção de uma barreira de areia, é considerado insuficiente, por isso a autarquia entende que uma defesa em pedra é a solução mais duradoura. Uma obra que o presidente da Câmara, Rui Cruz, estima que possa custar entre os 500 mil euros e um milhão de euros.

O responsável da Quercus lembrou que, entre os factores que explicam o avanço do mar e a erosão costeira, estão as intervenções nas barragens, a construção de paredões e pontões, dragagens, as alterações climáticas e ocupação humana de zonas “que era muito importante estarem preservadas”.

O problema “tem a ver directamente com os erros de ordenamento, agora é demasiado caro contrariar a Natureza”. I